



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Português
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.





PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Um antigo documentário

Num desses canais de TV a cabo – ou no de TV Educativa, não me lembro ao certo – pude assistir, não faz muitos dias, a um documentário sobre a atuação dos irmãos Vilas-Boas junto a tribos indígenas do Xingu. A reportagem, apesar de tecnicamente algo tosca, resultou muito expressiva; deve datar do início dos anos 60. No centro dela, repontava o delicado tema da “aproximação” que os brancos promovem em relação aos índios ainda isolados. Cláudio Vilas-Boas, que chefiava a expedição, mostrou plena consciência da tensão que envolve esses primeiros contatos, que acabarão provocando a desfigurações da cultura indígena.

Há quem defenda, com razão, que o melhor para os índios seria que os deixássemos em paz, às voltas com seus valores, hábitos e ritos. Mas acabaria não sendo possível evitar que, mais dia, menos dia, algum contato se estabelecesse – e com o risco de que brancos ambiciosos e despreparados mostrassem, eles sim, a “selvageria” de que somos capazes.

A delicadeza da missão dos irmãos Vilas-Boas está em que eles procuram respeitar ao máximo a cultura indígena, enquanto a põem em contato com a nossa. Melhor que ninguém, os irmãos sabem que não aproveitaremos nada de tanto o que têm os índios a nos ensinar (na dedicação aos filhos, por exemplo) e que, ao mesmo tempo, os exporemos aos nossos piores vícios. Era visível a preocupação de Cláudio, pelos riscos desse contato: uma gripe trazida pelo branco pode dizimar toda uma aldeia.

Hoje, décadas depois, o documentário parece assumir o valor de um testamento: são impressionantes as cenas em que um chefe indígena recusa, com veemência, presentes dos “civilizados”; ele parece adivinhar o custo de tais ofertas, e busca se defender do perigo mortal que vê nelas. O país desenvolveu-se muito nesse tempo, modernizou-se, povoou regiões recônditas do interior, abriu espaço para as “reservas”. Mas sabemos que a cultura do colonizador não é, necessariamente, melhor do que a do colonizado. Apenas se revelou a mais bem armada, a mais forte das duas. Melhor seria se fosse, também, a mais justa.

(Roberto Melchior da Ponte, inédito)

1. A tese de que os índios nada ganham ao entrar em contato com o branco
 - (A) é contestada no primeiro parágrafo, quando se faz referência à atuação dos irmãos Vilas-Boas.
 - (B) é admitida no segundo parágrafo, embora seja vista como impossível de se defender na prática.
 - (C) não é considerada como plausível ou justa, pois a força está sempre do lado do colonizador.
 - (D) não é admitida em nenhum momento do texto, uma vez que não traduz a posição de Cláudio Vilas-Boas.
 - (E) é levada em conta no último parágrafo, para ser descartada em razão de empecilhos culturais.

2. Considere as seguintes afirmações:

- I. No primeiro parágrafo, a tensão demonstrada por Cláudio Vilas-Boas resulta da consciência dos perigos que esse primeiro contato acarretará mais tarde, para quem tomou a iniciativa dele.
- II. No terceiro parágrafo, expressa-se a dificuldade da missão de quem, ao mesmo tempo, respeita e expõe ao risco a vida e a cultura dos índios.
- III. No quarto parágrafo, a expressão *valor de um testamento* justifica-se pelo fato de os índios aculturados testemunharem a modernização do país.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

3. Infere-se do texto que Cláudio Vilas-Boas, assim como seus irmãos, tem consciência de que sua missão é

- (A) justa, mas desnecessária.
- (B) necessária, mas inexecutável.
- (C) injusta, além de desnecessária.
- (D) difícil, além de justa.
- (E) necessária, apesar de injusta.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- (A) *apesar de tecnicamente algo tosca* = malgrado a técnica meio rudimentar.
- (B) *às voltas com seus valores* = contornando seus atributos.
- (C) *os exporemos aos nossos piores vícios* = os advertiremos do que há de pior em nossos males.
- (D) *recusa, com veemência* = nega-se, voluntariamente.
- (E) *não é, necessariamente, melhor* = não atende melhor essa necessidade.



5. A cultura do colonizador impõe-se, via de regra, pela força das armas, e não pela inconteste superioridade de seus valores éticos.
- Uma outra redação clara e correta do que acima se afirma pode ser:
- (A) Conquanto se imponha pela força das armas, os valores éticos da cultura do colonizador não contestam alguma superioridade.
- (B) Incontestavelmente, não há superioridade ética enquanto se impõem pelas as armas, como é forçoso reconhecer, a cultura do colonizador.
- (C) A incontestável superioridade dos valores éticos de uma cultura mostra-se, como regra, pela imposição de suas armas.
- (D) É à força das armas, e não à discutível superioridade de seus valores éticos, que a cultura do colonizador recorre para se impor.
- (E) Costumeiramente, a cultura do colonizador, pela força das armas, impõe-se como incontestavelmente superior aos valores éticos.
-
6. A frase em que se admite transposição da forma verbal para a voz passiva é:
- (A) Pude assistir a um documentário sobre a atuação dos irmãos Vilas-Boas.
- (B) Cláudio Vilas-Boas estava consciente da tensão daquele momento.
- (C) O documentário viria a assumir o valor de um testamento.
- (D) São muito impressionantes os gestos de recusa do chefe indígena.
- (E) Mais que bem armada, melhor se essa cultura fosse mais justa.
-
7. É forçoso contatar os índios com delicadeza, para poupar os índios de um contato talvez mais brutal, em que exploradores submetessem os índios a toda ordem de humilhação, tornando os índios vítimas da supremacia das armas do branco.
- Evitam-se as viciosas repetições do trecho acima substituindo-se os segmentos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) poupá-los - os submetessem - tornando-os
- (B) poupá-los - lhes submetessem - os tornando
- (C) poupar-lhes - os submetessem - tornando-lhes
- (D) os poupar - submetessem-nos - lhes tornando
- (E) poupar a eles - os submetessem - tornando-lhes
-
8. A frase em que ambos os elementos sublinhados constituem exemplos de uma mesma função sintática é:
- (A) Aos irmãos Vilas-Boas coube levar adiante, da melhor maneira possível, a missão que lhes foi confiada.
- (B) Respeitar a cultura do outro deveria ser uma obrigação para quem dispõe da superioridade das armas.
- (C) “Selvageria” vem entre aspas para deixar claro que esse termo não condiz com a situação analisada no texto.
- (D) O chefe indígena não hesitou em recusar os presentes que lhe foram oferecidos.
- (E) Os irmãos Vilas-Boas desempenharam um papel fundamental nas primeiras aproximações com grupos indígenas.
-
9. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) Os brancos não deviam se arvorar como superiores diante dos índios.
- (B) Os documentários de que mais aprecio na TV Educativa podem fazer pensar.
- (C) Era delicadeza a missão de cujos termos aceitaram os irmãos Vilas-Boas.
- (D) Pena que não saibamos aproveitar nada uma cultura tão rica como a deles.
- (E) Cláudio realizou várias aproximações de cujos riscos era consciente.
-
10. O termo entre parênteses pode substituir corretamente o termo sublinhado em:
- (A) *Num desses canais de TV a cabo – ou no de TV Educativa, não me lembro ao certo (...) assisti a um documentário. (certamente)*
- (B) *A delicadeza da missão desses irmãos está em que eles respeitam ao máximo a cultura indígena. (reside no fato de que)*
- (C) *Era visível a preocupação de Cláudio, pelos riscos do contato que estava fazendo. (conquanto os riscos)*
- (D) *Seria preferível que nossa cultura fosse mais justa a ser apenas a mais bem armada. (do que apenas ser)*
- (E) *Há quem defenda a ideia de que os índios seriam grandemente beneficiados se os deixássemos em paz. (literalmente fariam melhor)*



Atenção: As questões de números 11 a 20 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

O sucesso da democracia nas sociedades industriais trouxe inegáveis benefícios a amplos setores antes excluídos da tomada de decisões; contudo, provocou também a perda de identidades grupais que tinham sido essenciais nos séculos anteriores. A consciência de pertencer a determinada comunidade camponesa, ou família tradicional e poderosa, ou confraria, ou cidade, ficou esmagada pelo conceito de cidadania que homogeneíza todos os indivíduos. Novos recortes surgiram – partido político, condição econômica, seita religiosa etc. – mas tão maleáveis e mutáveis que não substituíram todas as funções sociais e psicológicas do velho sentimento grupal. O futebol inseriu-se exatamente nessa brecha aberta pela industrialização ao destruir os paradigmas anteriores.

O antropólogo inglês Desmond Morris vai mais adiante e propõe que se veja no mundo do futebol um mundo de tribos. Sem dúvida o sentimento tribal é muito forte, acompanha o indivíduo por toda vida e mesmo além dela. É o que mostra no Brasil a prática de alguns serem sepultados em caixão com o símbolo do clube na tampa. [...] A atuação do torcedor no rito do futebol não é em essência muito diferente da atitude das populações tribais que, por meio de pinturas corporais, cantos e gritos, participam no rito das danças guerreiras.

Não é descabido, portanto, falar em tribo no futebol, porém não parece a melhor opção. Tribo é grupo étnico com certo caráter territorial, o que não se aplica ao futebol, cujos torcedores são de diferentes origens e estão espalhados por vários locais. Tribo é sociedade sem Estado, e o futebol moderno desenvolve-se obviamente nos quadros de Estados nacionais. Talvez seja preferível falar em clã. Deixando de lado o debate técnico sobre tal conceito, tomemos uma definição mínima: clã é um grupo que acredita descender de um ancestral comum, mais mítico que histórico, contudo vivo na memória coletiva. Ainda que todo clube de futebol tenha origem concreta e mais ou menos bem documentada, com o tempo ela tende a ganhar ares de lenda, que prevalece no conhecimento do torcedor comum sobre os dados históricos. É nessa lenda, enriquecida por feitos esportivos igualmente transformados em lenda, que todos os membros do clã orgulhosamente se reconhecem. [...] O clã tem base territorial, mas quando precisa mudar de espaço (jogar em outro estádio) não se descaracteriza. Em qualquer lugar, os membros do clã se reconhecem, dizia o grande sociólogo e antropólogo Marcel Mauss, pelo nome, brasão e totem.

(Hilário Franco Júnior. **A dança dos deuses**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 213-215)

11. De acordo com o texto,
- (A) as características coletivas do futebol moderno podem prejudicar o reconhecimento de um território específico e particular, como o de um clube.
 - (B) o futebol moderno veio substituir, em grande parte, os laços pessoais de pertencimento a determinados grupos sociais.
 - (C) o esporte resultou das alterações nos regimes políticos surgidos ao longo do tempo em diversas sociedades.
 - (D) o conceito de cidadania sofreu evolução nem sempre favorável a certos grupos sociais, por descaracterizar suas normas tradicionais.
 - (E) a industrialização e a conseqüente urbanização apoderaram-se de modelos tradicionais de comportamento, especialmente nos esportes.

12. Considere as afirmativas seguintes:
- I. Identifica-se no texto uma diferenciação nas características de certos grupos nas sociedades primitivas.
 - II. Especialistas divergem na classificação dos grupos de torcedores de futebol, a partir de seu comportamento.
 - III. Hábitos tradicionais resultantes de sociedades primitivas marcam o comportamento dos torcedores dos clubes de futebol.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) III, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.

13. A afirmativa do antropólogo Marcel Mauss, reproduzida no final do texto,
- (A) é empregada como embasamento para a preferência pelo termo clã como definição do agrupamento de torcedores dos clubes de futebol.
 - (B) torna pouco aceitável o termo tribo para identificar os grupos de torcedores, pois eles nem sempre reconhecem a verdade na história dos clubes.
 - (C) mostra que a identificação do torcedor com o nome do clube vem desde as primeiras tribos que se organizaram em territórios demarcados.
 - (D) busca justificar a constatação de que as atitudes dos torcedores modernos se aproximam dos ritos tribais, com cantos e gritos.
 - (E) possibilita desconsiderar a associação de grupos de torcedores a clãs devido à origem real e documentada, por trâmites legais, dos clubes de futebol.



<p>14. Identifica-se relação de causa e consequência, respectivamente, no segmento:</p> <p>(A) <i>A consciência de pertencer a determinada comunidade camponesa (...) ficou esmagada pelo conceito de cidadania...</i></p> <p>(B) <i>Novos recortes surgiram (...), mas tão maleáveis e mutáveis que não substituíram todas as funções sociais e psicológicas do velho sentimento grupal.</i></p> <p>(C) <i>Sem dúvida o sentimento tribal é muito forte, acompanha o indivíduo por toda vida e mesmo além dela.</i></p> <p>(D) <i>Não é descabido, portanto, falar em tribo no futebol, porém não parece a melhor opção.</i></p> <p>(E) <i>O clã tem base territorial, mas quando precisa mudar de espaço (jogar em outro estádio) não se descaracteriza.</i></p>	<p>17. <i>O sucesso da democracia nas sociedades industriais trouxe inegáveis benefícios a amplos setores antes excluídos...</i> (início do texto)</p> <p>O mesmo tipo de complemento grifado acima NÃO ocorre APENAS em:</p> <p>(A) <i>da tomada de decisões.</i></p> <p>(B) <i>a perda de identidades grupais.</i></p> <p>(C) <i>pelo conceito de cidadania.</i></p> <p>(D) <i>um mundo de tribos.</i></p> <p>(E) <i>no conhecimento do torcedor comum.</i></p>
<p>15. Está correta a transcrição, com outras palavras, sem prejuízo para a correção e o sentido do texto, da expressão:</p> <p>(A) <i>antes excluídos da tomada de decisões</i> (1º parágrafo) = afastados de início por atitudes autoritárias.</p> <p>(B) <i>a perda de identidades grupais</i> (1º parágrafo) = a identificação geral nos grupos.</p> <p>(C) <i>nessa brecha aberta pela industrialização</i> (1º parágrafo) = nos problemas trazidos pela indústria.</p> <p>(D) <i>grupo étnico com certo caráter territorial</i> (3º parágrafo) = presença de uma nacionalidade em espaço determinado.</p> <p>(E) <i>enriquecida por feitos esportivos</i> (3º parágrafo) = alimentada por ações de destaque no esporte.</p>	<p>18. ... que <u>prevalece</u> no conhecimento do torcedor comum sobre os dados históricos. (3º parágrafo)</p> <p>A frase cujo verbo exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima é:</p> <p>(A) ... que <u>homogeneíza</u> todos os indivíduos.</p> <p>(B) ... o sentimento tribal é muito forte ...</p> <p>(C) ... <u>acompanha</u> o indivíduo por toda vida ...</p> <p>(D) ... que (...) <u>participam</u> no rito das danças guerreiras.</p> <p>(E) ... e <u>estão</u> espalhados por vários locais.</p>
<p>16. – <i>partido político, condição econômica, seita religiosa etc.</i> – (1º parágrafo)</p> <p>O segmento isolado pelos travessões denota, no texto,</p> <p>(A) transcrição exata de informações obtidas em outros autores.</p> <p>(B) redundância intencional, para valorizar a descaracterização grupal.</p> <p>(C) enumeração esclarecedora de uma expressão anterior.</p> <p>(D) realce de uma ideia central, com a pausa maior inserida no contexto.</p> <p>(E) ressalva importante, de sentido explicativo, ao desenvolvimento anterior.</p>	<p>19. <i>Clã é um grupo que acredita descender de um ancestral comum, mais mítico que histórico, contudo vivo na memória coletiva.</i> (3º parágrafo)</p> <p>Uma nova redação, clara e correta, na qual se mantém o sentido original da afirmativa acima está em:</p> <p>(A) O clã, como grupo ligado por misticismo e história, começa com alguém de vida comum, o ancestral escolhido por sua descendência.</p> <p>(B) Os descendentes de um ancestral comum formam o grupo que identifica como clã, que as características são permanentes e vivas.</p> <p>(C) A crença em um ancestral comum, de permanente memória, cuja vida adquire foros míticos mais do que históricos, é o que define o clã.</p> <p>(D) Mesmo que permaneça vivo na memória do grupo, o clã descende de um ancestral que, embora comum, se torna mais mítico do que histórico.</p> <p>(E) A memória dos componentes do clã partem de um ancestral comum, que permanece vivo na história e na mítica do grupo.</p> <p>20. <i>Deixando de lado o debate técnico sobre tal conceito, <u>tomemos</u> uma definição mínima ...</i> (3º parágrafo)</p> <p>O verbo cuja flexão é idêntica à do grifado acima está também grifado na frase:</p> <p>(A) <u>Esperemos</u>, todos, que nossos valorosos jogadores se consagrem campeões nesta temporada.</p> <p>(B) <u>Sabemos</u> agora que a decisão final do campeonato se transformará em uma grande festa.</p> <p>(C) <u>Pretendemos</u>, nós, torcedores, visitar as dependências do clube ainda antes das reformas.</p> <p>(D) <u>Queremos</u> que alguns dos troféus conquistados pelo clube fiquem expostos ao público.</p> <p>(E) <u>Reconhecemos</u>, embora constrangidos, que os jogadores não fizeram hoje uma boa partida.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. No que diz respeito à liberdade de reunião, é certo que
- (A) o instrumento jurídico adequado para a tutela da liberdade de reunião, caso ocorra lesão ou ameaça de lesão, ocasionada por ilegalidade ou arbitrariedade, é o *habeas corpus*.
 - (B) essa liberdade, desde que atendendo aos requisitos de praxe, não está sujeita a qualquer suspensão por conta de circunstâncias excepcionais como no estado de defesa.
 - (C) o prévio aviso à autoridade para realizar uma reunião limita-se, tão-somente, a impedir que se frustrasse outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
 - (D) na hipótese de algum dos manifestantes, isoladamente, estiver portando arma de fogo, o fato não autoriza a dissolução da reunião pelo Poder Público.
 - (E) a autoridade pública dispõe de competência e discricionariedade para decidir pela conveniência, ou não, da realização da reunião.
22. Em matéria de Administração Pública, em conformidade com a Constituição,
- (A) a proibição de acumular cargos estende-se a empregos e funções, abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, mas não abrange suas subsidiárias e sociedades controladas pelo Poder Público.
 - (B) somente por lei específica poderá ser criada, diretamente, empresa pública, sociedade de economia mista e fundação, e autorizada a instituição de autarquia, cabendo à lei complementar, nesse último caso, definir as áreas de sua atuação.
 - (C) é permitida a acumulação remunerada de cargos públicos, em casos especiais, como a de três cargos ou empregos privativos de profissionais da saúde com profissões regulamentadas, desde que observada, tão-somente, a compatibilidade de horários.
 - (D) a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta não poderá, em qualquer hipótese, ser ampliada por modalidades de ato ou contrato administrativo.
 - (E) ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplica-se, dentre outras disposições, a que determina que, para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se em exercício estivesse.
23. O veto no processo legislativo brasileiro, além de motivado, caracteriza-se por ser
- (A) verbal, informal, aditivo, insuperável ou absoluto, irretroatável e insuscetível de apreciação judicial.
 - (B) formal, expresso, aditivo, superável ou relativo, retratável e suscetível de apreciação judicial.
 - (C) expresso, formal, supressivo, superável ou relativo, irretroatável e insuscetível de apreciação judicial.
 - (D) informal, verbal, supressivo, superável ou relativo, irretroatável e suscetível de apreciação judicial.
 - (E) formal, expresso, aditivo, insuperável ou absoluto, retratável e suscetível de apreciação judicial.

24. Observados os requisitos de notório saber jurídico, de reputação ilibada e indicação em lista sêxtupla pelos órgãos de representação da respectiva classe, verifica-se que um quinto constitucional dos lugares do Tribunal Regional do Trabalho será composto de
- (A) advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público com mais de cinco anos de efetivo exercício.
 - (B) advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício.
 - (C) membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício e juizes de direito com mais de dez anos de exercício nas varas da Justiça do Trabalho.
 - (D) membros do Ministério Público do Trabalho com mais de cinco anos de efetivo exercício e advogados com mais de cinco anos de efetiva atividade profissional na Justiça do Trabalho.
 - (E) advogados ou membros do Ministério Público com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e juizes do trabalho com mais de cinco anos de exercício nas varas da Justiça do Trabalho.

25. É correto afirmar:

- (A) O exercício de funções executivas do Conselho Nacional de Justiça, entre outras, é da atribuição do Ministro do Superior Tribunal de Justiça que exercerá a função de Ministro-Corregedor.
- (B) O Conselho Nacional de Justiça não dispõe de funções jurisdicionais; porém, é órgão de controle externo, constituindo-se como instância máxima do Poder Judiciário.
- (C) O Procurador-Geral da República, dentre outros, é considerado membro nato e representante do Ministério Público, porque oficia junto do Conselho Nacional de Justiça.
- (D) Os membros do Conselho Nacional de Justiça serão designados pelo Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- (E) O rol de competências do Conselho Nacional de Justiça é estritamente taxativo, por força da segurança jurídica, cabendo à lei qualquer outra atribuição.

26. É INCORRETO afirmar que o Tribunal de Contas da União tem competência para

- (A) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesas, as sanções previstas em lei.
- (B) sustar, se não atendido, a execução de ato impugnado, comunicando-se a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- (C) aplicar aos responsáveis, em caso de irregularidade de contas, as sanções previstas legalmente.
- (D) apreciar, no exercício de suas atribuições, a constitucionalidade das leis e atos do Poder Público.
- (E) sustar ou anular diretamente e de imediato a execução de contratos administrativos irregulares ou ilegais.



<p style="text-align: center;">Direito Administrativo</p>	
<p>27. A participação popular no controle da legalidade e moralidade da atividade administrativa pode ser exercida</p> <p>(A) mediante denúncia perante a Assembléia Legislativa ou ao Tribunal de Contas, por qualquer pessoa que venha a tomar conhecimento de irregularidades ou ilegalidades praticadas em detrimento da Administração, sob pena de tornar-se solidariamente responsável.</p> <p>(B) mediante representação perante a própria Administração ou ao órgão do Ministério Público que tiver competência para apurar a prática da irregularidade ou ilegalidade apontada; mediante denúncia perante a Assembléia Legislativa ou Tribunal de Contas e mediante propositura de Ação Popular.</p> <p>(C) somente pela via judicial, através da Ação Popular.</p> <p>(D) mediante denúncia ao Ministério Público, à Assembléia Legislativa ou ao Tribunal de Contas, bem como mediante propositura de Ação Popular, somente sendo assegurado o direito de representar à autoridade administrativa aqueles cujos direitos subjetivos tenham sido atingidos pelo ato impugnado.</p> <p>(E) perante a própria Administração ou pela via judicial, mas apenas nas situações de lesão ou ameaça de lesão a direito individual.</p>	<p>30. Pregão é a modalidade licitatória aplicável para</p> <p>(A) aquisição de bens e serviços comuns e para contratação de obras de pouca complexidade.</p> <p>(B) alienação de bens adquiridos por adjudicação judicial.</p> <p>(C) aquisição de bens e serviços com valor inferior a R\$ 80.000,00.</p> <p>(D) aquisição de bens e serviços comuns, independentemente do valor.</p> <p>(E) alienação de bens inservíveis e aquisição de obras de arte.</p>
<p>28. A prestação de serviços públicos, na forma prevista pela Constituição Federal,</p> <p>(A) incumbe sempre ao Poder Público, não podendo ser realizado por particulares.</p> <p>(B) pode ser atribuída ao particular, dispensada a licitação quando se tratar de permissão.</p> <p>(C) incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação.</p> <p>(D) é facultada aos particulares, independentemente de licitação, com base no princípio da livre iniciativa.</p> <p>(E) cabe exclusivamente ao Poder Público, quando tiver caráter essencial, e quando passível de remuneração, por tarifa cobrada diretamente do usuário.</p>	<p>31. A União adjudicou imóvel em processo judicial de execução fiscal e, para sua alienação,</p> <p>(A) necessita de prévia autorização legislativa e deve adotar a modalidade licitatória concorrência, sendo, no entanto, inexigível a licitação.</p> <p>(B) não necessita de prévia autorização legislativa e pode adotar a modalidade licitatória pregão.</p> <p>(C) necessita de avaliação, comprovação da necessidade ou utilidade da alienação e deve adotar procedimento licitatório na modalidade concorrência ou leilão.</p> <p>(D) necessita de autorização legislativa, avaliação e deve adotar procedimento licitatório na modalidade concorrência ou convite, conforme o valor do imóvel.</p> <p>(E) não necessita de prévia autorização legislativa, dispensa avaliação e pode adotar a modalidade licitatória leilão.</p>
<p>29. A responsabilidade extracontratual do Estado</p> <p>(A) pode decorrer de atos ou comportamentos que, embora lícitos, causem a pessoas determinadas ônus maior que o imposto aos demais membros da coletividade.</p> <p>(B) só incide quando o agente público pratica algum ato ilícito.</p> <p>(C) pode decorrer de comportamentos comissivos e omissivos, desde que presente o elemento doloso na conduta do agente público.</p> <p>(D) somente se verifica em face de comportamentos comissivos.</p> <p>(E) somente é admitida excepcionalmente, tendo em vista o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.</p>	<p>32. São exemplos de atuação concreta da Administração Pública fundada no poder de polícia em sentido estrito:</p> <p>(A) desapropriação de terras improdutivas.</p> <p>(B) penhora de bens em execução fiscal.</p> <p>(C) controle da concorrência e fixação de tarifas em setores regulados.</p> <p>(D) prisão de depositário infiel.</p> <p>(E) interdição de estabelecimentos comerciais.</p>
	<p>33. No procedimento licitatório, as exigências relativas à qualificação econômico-financeira</p> <p>(A) devem contemplar, obrigatoriamente, a relação de compromissos assumidos pelo licitante que importem a diminuição da sua capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira.</p> <p>(B) não podem contemplar a exigência de capital mínimo ou índices de liquidez.</p> <p>(C) devem limitar-se ao balanço patrimonial e demonstrações financeiras do último exercício e certidão negativa de falência.</p> <p>(D) somente podem estar presentes em licitações de grande vulto, que contemplem fase de pré-qualificação.</p> <p>(E) podem contemplar a exigência de garantia, limitada a 1% do valor estimado do objeto da contratação.</p>



<p>34. Os contratos de gestão realizados entre a Administração e as denominadas Organizações Sociais</p> <p>(A) não caracterizam convênio administrativo, não se sujeitando, pois, à fiscalização e controle por parte do Tribunal de Contas.</p> <p>(B) são sempre passíveis de fiscalização e controle pelo Tribunal de Contas.</p> <p>(C) podem ser celebrados com dispensa de licitação, em função de autorização legal específica, não estando sujeitos, nessa hipótese, ao controle e fiscalização pelo Tribunal de Contas.</p> <p>(D) sujeitam-se ao controle e fiscalização por parte do Tribunal de Contas, exceto quando tenham por objeto a gestão de serviço público não-exclusivo.</p> <p>(E) são equiparados a convênio administrativo, quando celebrados com entidades com finalidade lucrativa, sujeitando-se, apenas em tal hipótese, ao controle e fiscalização por parte do Tribunal de Contas.</p>	<p style="text-align: center;">Contabilidade Pública, Administração Orçamentária e Financeira</p> <p>37. O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual são leis de iniciativa</p> <p>(A) do Poder Legislativo.</p> <p>(B) do Poder Judiciário.</p> <p>(C) do Poder Executivo.</p> <p>(D) do Poder Executivo em conjunto com o Legislativo.</p> <p>(E) dos três Poderes em conjunto.</p>
<p>35. Ao verificar indícios de irregularidade em procedimento licitatório instaurado por sociedade de economia mista controlada pelo Estado, o Tribunal de Contas</p> <p>(A) poderá suspender o procedimento licitatório até a apreciação final da matéria.</p> <p>(B) deverá representar à Assembléia Legislativa, em função da competência privativa desta, para eventual suspensão do certame.</p> <p>(C) deverá representar à Assembléia Legislativa, em função da competência privativa desta, para eventual suspensão do certame e, não havendo apreciação das irregularidades apontadas, no prazo de 90 dias, poderá o Tribunal determinar a suspensão.</p> <p>(D) somente poderá atuar, determinando a suspensão do procedimento licitatório, na hipótese de vislumbrar risco de prejuízo à pessoa jurídica de direito público controladora da entidade.</p> <p>(E) somente poderá pronunciar-se após o término do procedimento licitatório, competindo-lhe determinar a sustação do contrato respectivo, caso verificada a ilegalidade do certame.</p>	<p>38. De acordo com a Lei nº 4.320/64, serão admitidas emendas ao projeto de Lei de Orçamento que visem a</p> <p>(A) criar um programa educacional não-previsto no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.</p> <p>(B) conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes.</p> <p>(C) conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado.</p> <p>(D) conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.</p> <p>(E) alterar a dotação solicitada para despesa de custeio quando for provada a inexatidão da proposta.</p> <p>39. Conforme a Lei nº 8.666/93, são modalidades de licitação: concorrência, tomada de preços,</p> <p>(A) convite, concurso e leilão.</p> <p>(B) convite, concurso e pregão.</p> <p>(C) convite, pregão eletrônico e pregão presencial.</p> <p>(D) concurso, leilão e pregão.</p> <p>(E) leilão, pregão eletrônico e pregão presencial.</p>
<p>36. Nos contratos administrativos, admite-se</p> <p>(A) supressões, impostas unilateralmente pelo poder público ou firmadas por acordo entre as partes, observado sempre o limite de 25% do valor inicial do contrato.</p> <p>(B) alteração do objeto, para melhor atender ao interesse público.</p> <p>(C) acréscimos ou supressões, impostos unilateralmente pelo Poder Público, até o limite de 50% do valor inicial atualizado do contrato.</p> <p>(D) acréscimos ou supressões, impostos unilateralmente pelo Poder Público, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato.</p> <p>(E) acréscimos ou supressões, em qualquer percentual, desde que contem com anuência do contratado.</p>	<p>40. Sobre os Balanços elaborados em conformidade com a Lei nº 4320/64, considere:</p> <p>I. O ativo financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis dependentes de autorização orçamentária e os valores numerários.</p> <p>II. O passivo financeiro compreenderá as dívidas flu tuantes e outras obrigações que independam de autorização orçamentária para pagamento.</p> <p>III. Os restos a pagar do exercício serão computados na receita orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.</p> <p>IV. O passivo permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.</p> <p>V. O ativo permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação independa de autorização legislativa.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) II e IV.</p> <p>(D) III e V.</p> <p>(E) IV e V.</p>



41. Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o Ministério Público quando constatarem
- I. o atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.
 - II. que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 85% do limite definido em lei.
 - III. que os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontram acima de 90% dos respectivos limites.
 - IV. que os gastos com inativos e pensionistas ultrapassou 90% do limite definido em lei.
 - V. fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e V.
- (E) IV e V.

42. De acordo com a Constituição Federal de 1988, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de
- I. avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
 - II. comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal.
 - III. representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.
 - IV. assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
 - V. exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e V.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) III, IV e V.

43. No primeiro exercício financeiro da Prefeitura Municipal de Nova Ponte, com base na Lei Orçamentária Anual – LOA, a previsão de receita foi de R\$ 3.000.000,00 e a fixação de despesa corrente e despesa de capital no valor de R\$ 2.000.000,00 e R\$ 1.000.000,00, respectivamente.

Durante o primeiro semestre, ocorreram os seguintes eventos contábeis:

Recebimento, em doação, de um imóvel no valor de R\$ 500.000,00.

Arrecadação de impostos municipais no valor de R\$ 1.200.000,00.

Arrecadação de taxas de serviços no valor de R\$ 300.000,00.

Recebimento de venda de produtos industrializados no valor de R\$ 200.000,00.

Recebimento de venda por leilão de veículos no valor de R\$ 250.000,00, pelo valor de custo.

Captação de empréstimo para suprimento de insuficiência de caixa no exercício financeiro no valor de R\$ 500.000,00.

Recebimento de caução por conta de contrato de construção de edificações no valor de R\$ 1.000.000,00.

De acordo com os fatos descritos, após os lançamentos dos eventos contábeis, as receitas correntes e as receitas de capital arrecadadas foram, respectivamente, em reais,

- (A) R\$ 1.500.000,00 e R\$ 450.000,00
- (B) R\$ 1.500.000,00 e R\$ 950.000,00
- (C) R\$ 1.700.000,00 e R\$ 200.000,00
- (D) R\$ 1.700.000,00 e R\$ 250.000,00
- (E) R\$ 1.700.000,00 e R\$ 750.000,00



44. A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Norte decidiu por licitar a compra de merenda escolar para a Escola Municipal. O montante previsto para a despesa para o ano de 20x1 era de R\$ 700.000,00. Tendo em vista que a arrecadação dar-se-ia durante o ano civil, em conformidade com a Lei nº 8666/93, dentro de alternativas possíveis, o prefeito poderia
- (A) autorizar a abertura de 10 processos de licitação em modalidade de convite no valor de R\$ 70.000,00 cada um, um a cada mês, tendo em vista a previsão de arrecadação das receitas para o ano corrente.
 - (B) efetuar a abertura de um processo de licitação no valor de R\$ 700.000,00, na modalidade de concorrência, com previsão de entrega e pagamento em 10 parcelas mensais.
 - (C) efetuar a abertura de um processo de licitação no valor de R\$ 700.000,00, na modalidade de tomada de preços, com previsão de entrega e pagamento em 10 parcelas mensais.
 - (D) autorizar a abertura de dois processos de licitação no valor de R\$ 350.000,00, na modalidade de tomada de preços, um em cada semestre, tendo em vista a previsão de arrecadação para o primeiro e segundo semestre.
 - (E) autorizar a abertura de quatro processos de licitação no valor de R\$ 175.000,00 cada, na modalidade de tomada de preços, em bases trimestrais, conforme a previsão de arrecadação para os trimestres respectivos.

Noções de Administração e de Administração de Recursos Humanos

45. Com relação à avaliação de desempenho na área de recursos humanos, considere:
- I. O seu objetivo é medir, avaliar e monitorar exclusivamente os resultados concretos e finais que se pretende alcançar dentro de certo período de tempo.
 - II. É um excelente meio pelo qual se localizam problemas de supervisão e gerência, de integração das pessoas à organização, de adequação da pessoa ao cargo e de carências de treinamento.
 - III. A avaliação do desempenho num cargo é contingencial, varia de pessoa para pessoa, depende do contexto e de inúmeros fatores condicionantes.
 - IV. A mensuração é o fator central num sistema de avaliação e seu objetivo é indicar como um desempenho determinado pode ser comparado com padrões objetivos.
 - V. A avaliação de desempenho deve cobrir somente o comportamento da pessoa no cargo ocupado, evitando a inclusão de outros fatores, como o alcance de metas e objetivos, que devem ser separados do processo dessa avaliação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
 - (B) I, II, IV e V.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) II, III, IV e V.
 - (E) II, III e V.
-
46. Competência interpessoal é a habilidade de
- (A) utilizar o poder do conhecimento para fazer as pessoas se comportarem de acordo com os seus objetivos.
 - (B) separar claramente os aspectos emocionais dos aspectos técnicos nos conflitos interpessoais, procurando neutralizar os primeiros e ressaltar os segundos.
 - (C) resolver os conflitos de percepção interpessoais utilizando técnicas de *brainstorming*.
 - (D) envolver todos no processo de decisão por meio de processos de gestão participativa.
 - (E) desenvolver acurada percepção da situação, de suas variáveis relevantes e suas respectivas inter-relações.



<p>47. Com relação às condições para emergência de conflitos dentro de uma organização, considere:</p> <p>I. Quando os papéis dentro de uma organização são ambíguos, a probabilidade de que as pessoas sintam que estão trabalhando para objetivos incongruentes é grande.</p> <p>II. Toda forma de hierarquia e departamentalização funcional leva a diferenciações internas às organizações que geram tensões e resultam quase sempre em conflitos.</p> <p>III. As atividades e os objetivos dos grupos dentro de uma organização são interdependentes, surgindo oportunidades para que um grupo possa apoiar ou prejudicar o trabalho dos demais.</p> <p>IV. Como os recursos compartilhados por uma organização são sempre limitados e escassos, quando um grupo deseja ampliar seus recursos outro grupo terá de perder ou abrir mão de uma parte dos seus.</p> <p>V. Quando existem objetivos concorrentes, por força da especialização, desenvolve-se a percepção de interesses e objetivos diferentes, inevitavelmente incompatíveis.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II, IV e V. (B) I, III e IV. (C) II, III e IV. (D) II, III, IV e V. (E) II, III e V.</p>	<p>50. Com relação ao planejamento estratégico, considere:</p> <p>I. Toda organização deve estar envolvida, inclusive recursos, potencialidades e habilidades, com o objetivo de se alcançar o efeito holístico e a sinergia resultantes da interação de todos esses fatores.</p> <p>II. Como instrumento de tipo genérico, o planejamento estratégico não pode ser desdobrado em planos táticos e operacionais.</p> <p>III. É orientado para a relação entre a empresa e seu ambiente de tarefa, ficando exposto às incertezas e à imprevisibilidade dos eventos ambientais.</p> <p>IV. O planejamento estratégico de uma organização não pode incluir o desejo de assegurar a continuidade, pois este é adequado apenas ao objetivo de expansão de atividades ou aumento de produtividade.</p> <p>V. Quando o objetivo estratégico é organizacional e global, os retornos positivos devem beneficiar todos os <i>shareholders</i> da organização, mas não os <i>stakeholders</i>.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II, III e V. (B) I e III. (C) II, III, IV e V. (D) II, III e V. (E) II e IV.</p>
<p>48. São práticas de gestão de pessoas que podem influenciar positivamente o profissional terceirizado:</p> <p>(A) Efetuar a avaliação periódica do trabalho do terceirizado e fornecer <i>feedback</i> para a empresa contratante.</p> <p>(B) Estabelecer programas de controle gerencial exclusivo para os terceirizados, demonstrando desta forma que o mau desempenho do terceirizado pode estar sujeito a punição.</p> <p>(C) Separar claramente as áreas de uso comum dos terceirizados, como banheiros e refeitórios, daquelas que são exclusivas dos empregados.</p> <p>(D) Tratar o terceirizado como um profissional que impõe um custo adicional para a empresa e que, portanto, sua produtividade deve ser maior do que a dos empregados.</p> <p>(E) Exigir dos terceirizados treinamento orientado especificamente para a execução das tarefas dentro da organização.</p>	<p>51. Na Era da Informação, a Administração de Recursos Humanos vê as pessoas</p> <p>(A) como ativos empresariais que devem ser valorizados, visando ao aumento da produtividade associada à introdução dos computadores.</p> <p>(B) de maneira igualitária, por meio de processos homogêneos de seleção, alocação em cargos, treinamento, remuneração, benefícios e avaliação de desempenho.</p> <p>(C) como essencialmente diferentes, que devem ter sua personalidade, conhecimento, atitude e comportamento respeitados e até valorizados.</p> <p>(D) como se fossem os donos da organização, devendo participar das decisões estratégicas e compartilhar de forma equivalente dos resultados alcançados.</p> <p>(E) como elementos essenciais para o funcionamento da organização, tendo cada um seu lugar na hierarquia e seus direitos aos benefícios definidos pelo princípio da isonomia.</p>
<p>49. Na gestão de contratos, o método mais adequado de custeio quando os custos indiretos constituem um percentual elevado dos custos totais é o de custeio</p> <p>(A) tradicional. (B) variável. (C) por absorção. (D) ABC. (E) por objetivos.</p>	<p>52. A manutenção e atualização de um banco de dados em um Sistema de Gestão de Recursos Humanos é responsabilidade</p> <p>(A) apenas dos usuários em cargos de gerência. (B) de todos os especialistas de RH. (C) do próprio sistema por meio do processo de <i>feedback</i>. (D) de todos os <i>stakeholders</i> de uma organização. (E) de todos os funcionários da organização.</p>



53. O recrutamento interno para uma organização que deseja tornar-se mais competitiva tem, dentre outras, a vantagem de
- (A) permitir a circulação de ideias, experiências e expectativas inovadoras.
 - (B) motivar e encorajar o desenvolvimento profissional dos funcionários.
 - (C) conservar intacta a cultura organizacional existente.
 - (D) ser ideal para situações de estabilidade e pouca mudança ambiental.
 - (E) ter custo financeiro igual ao de um recrutamento externo.

54. O método de avaliação de desempenho mais adequado para assegurar o ajustamento de funcionário às demandas que ele recebe do ambiente interno e externo à organização é a advinda da
- (A) comissão de avaliação de desempenho.
 - (B) avaliação para cima.
 - (C) avaliação 360°.
 - (D) autoavaliação.
 - (E) avaliação gerencial.

55. Entre os métodos de desenvolvimento de pessoas fora do cargo, aquele que permite o aumento de experiência e estimula o desenvolvimento de novas ideias é o de
- (A) rotação de cargos.
 - (B) aprendizagem prática.
 - (C) tutoria.
 - (D) aconselhamento de funcionários.
 - (E) *management games*.

56. Com relação à gestão por competências, considere:
- I. O modelo de gestão por competências visa a alcançar os objetivos da organização por meio do alinhamento da missão, visão e valores; as estratégias do negócio com as estratégias do capital humano.
 - II. Uma das maiores dificuldades para a implantação da gestão por competências nas organizações está na resistência do órgão de RH.
 - III. Para que esse modelo gerencial traga os resultados esperados, é necessário que as organizações definam as necessidades a médio e a longo prazo, garantindo assim o alinhamento com o plano estratégico.
 - IV. Uma das principais vantagens do modelo de gestão por competências é o alinhamento dos investimentos em treinamento às metas estratégicas da organização.
 - V. A principal ferramenta da gestão por competências é o recrutamento externo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e V.
- (B) II, III, IV e V.
- (C) II e IV.
- (D) I e III.
- (E) I, II, III e IV.

Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Atenção: As questões de números 57 a 60 referem-se ao Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

57. Para a aplicação das penalidades de demissão e de suspensão de trinta e um dias até noventa dias, inclusive, são competentes, respectivamente, o
- (A) Órgão Especial e o Diretor-Geral do Tribunal.
 - (B) Presidente do Tribunal e o Órgão Especial.
 - (C) Presidente de Tribunal e o Diretor-Geral do Tribunal.
 - (D) Órgão Especial e o Presidente do Tribunal.
 - (E) Presidente do Tribunal e o Corregedor-Geral.

58. Considere:

- I. O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região compõe-se de trinta e seis Desembargadores.
- II. A Escola Judicial e a Ouvidoria são vinculadas ao Órgão Especial.
- III. Os Desembargadores somente poderão ser eleitos para um cargo de direção ou mandato.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

59. As sessões do Tribunal Pleno serão presididas pelo Presidente. Em regra, nos casos de ausência, impedimento ou suspeição do Presidente, presidirá a sessão, pela ordem, o

- (A) Vice-Presidente Administrativo, o Vice-Presidente Judicial e o Corregedor ou o Desembargador mais antigo.
- (B) Vice-Presidente Judicial, o Vice-Presidente Administrativo e o Corregedor ou o Desembargador mais antigo.
- (C) Corregedor ou o Desembargador mais antigo, o Vice-Presidente Administrativo e o Vice-Presidente Judicial.
- (D) Corregedor ou o Desembargador mais antigo, o Vice-Presidente Judicial e o Vice-Presidente Administrativo.
- (E) Vice-Presidente Judicial, o Vice-Presidente Administrativo e o Presidente do Órgão Especial.

60. A autuação de processo cuja classe não encontre correspondência deverá ser efetivada na classe que possui a seguinte abreviação:

- (A) "Atent".
- (B) "Sind".
- (C) "AP".
- (D) "Pet".
- (E) "Cons".



PROVA DISCURSIVA - REDAÇÃO

1. Leia atentamente o texto que segue.

A força dos costumes de um povo costuma ter mais peso que o de certas leis. Por vezes, uma lei somente é obedecida pelo temor da punição reservada a quem a ignorar. Já os costumes, arraigados na tradição de uma sociedade, são comparáveis aos conselhos de uma pessoa sábia e experimentada, que não ousamos desprezar. Cabe ao legislador ter sabedoria suficiente para dinamizar a vida de uma sociedade: deve ele, ao mesmo tempo, respeitar a índole revelada nos costumes de um povo e não temer a necessidade de propor leis que respondam aos avanços da civilização.

2. Redija uma **dissertação** na qual você argumentará, com coerência e clareza, em favor de seu ponto de vista acerca do tema discutido no texto acima.

3. A dissertação deverá ter no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, considerando-se letra de tamanho regular.

Large empty rectangular box for writing the dissertation, overlaid with a large diagonal watermark reading 'RASCUNHO'.